

Seminário debate saúde da população negra e quilombola em Minas Gerais

Qui 19 outubro

A [Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais \(SES-MG\)](#) reuniu representantes da saúde pública mineira e nacional, nesta quinta-feira (19/10), no Seminário da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Quilombola.

De acordo com a subsecretária de Redes de Atenção à Saúde da SES-MG, Camila Moreira, o encontro, realizado em Belo Horizonte, é a reafirmação do compromisso de Minas Gerais com a implementação da política, uma vez que fomenta sua discussão.

Instituída pela deliberação CIB-SUS/MG 3.991, a política estadual de Saúde Integral da População Negra e Quilombola estabelece ações e ferramentas a serem utilizadas para o enfrentamento das dificuldades no acesso à saúde.

Camila Moreira também antecipou que, para viabilizar a efetivação do que estabelece o documento, está em construção um plano operativo. “Será um instrumento norteador para que os municípios possam implementar a política. Dessa forma, a expectativa é a de que, futuramente, possamos vir para um seminário como esse falar sobre os 853 municípios executando essa política em seu território”, declarou.

Trabalho conjunto

A presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES-MG), Lourdes Aparecida Machado, reforçou a importância de contar com representantes de diferentes esferas para fortalecer a política.

“O seminário de hoje conta com a participação de representantes do Ministério da Saúde, do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-MG), da SES-MG, do controle social e do comitê. Essa adesão é fundamental para ampliarmos a compreensão das questões de acessibilidade e as vulnerabilidades da população negra e quilombola”, reforçou.

Já o presidente do Cosems, Edivaldo Farias da Silva, destacou o trabalho de todos os profissionais envolvidos na construção e pactuação da política. “Quando essa discussão chegou até nós, do conselho, toda a equipe abraçou a causa. Tive a oportunidade de participar do momento em que a política foi pactuada e é muito bom poder observar o avanço das discussões, pautado num trabalho conjunto para a implementação da mesma em nosso território”, afirmou.

Autodeclaração

Ainda durante a abertura do seminário, o coordenador nacional de Atenção à População Negra do Ministério da Saúde (MS), Marcos Moreira da Costa, pontuou o principal elemento para fazer valer a política: o quesito raça-cor.

“Esse dado é obtido por meio da autodeclaração e, sem esse ponto, não conseguimos implementar a política. Por isso, é fundamental trabalharmos formas de aperfeiçoar os profissionais que fazem a coleta dessa informação e também a conscientização e letramento racial da população usuária do SUS”, destacou.

Saúde integral

Representante do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, Misley Alexandra Sabino Pereira destacou que trazer todo o estado para dialogar sobre a saúde das pessoas negras e quilombolas é um importante ato de existência dessas populações historicamente impactadas pelo racismo estrutural.

Nesse mesmo sentido, Yalorissa Neli Martins de Souza, também membro do comitê, trouxe para o debate o conceito de saúde integral. “No contexto de discussão dessa política em Minas Gerais precisamos mencionar que o conceito de saúde integral contempla, por exemplo, as ideias de não sentir fome, de ter uma saúde de boa qualidade”.

Sensibilização

De acordo com Ana Beatriz Querino, enfermeira obstetra e trabalhadora do SUS há 26 anos, é urgente se pensar em formas de impactar positivamente os indicadores de saúde dessas populações. E isso envolve, necessariamente, a sensibilização dos trabalhadores que atendem e acolhem os usuários.

“Participamos de discussões como esta pelos profissionais de saúde que já entenderam que o racismo é determinante no processo saúde/doença, mas também pelos profissionais que ainda não compreenderam isso. Precisamos discutir formas de sensibilizar esses trabalhadores para a importância dessa política e sua implementação”, reforçou.